



“A megalópole cresce sem um efeito cumulativo. Ao contrário, a própria definição de cidade é baseada em um acúmulo em que a soma total é maior a adição de suas partes. A ausência desta soma bota em questão a própria definição do que é cidade.”

Albert Pope. From form to space.

A imagem que temos da cidade hoje não corresponde à cidade que construímos. O modelo de desenvolvimento polinuclear, por “centralidades”, imita o desenvolvimento tipológico da megalópole (em oposição ao centro único da metrópole), gerando a relação entre núcleos estruturados densos e o *sprawl*, interstícios de espaço urbano. Um exemplo deste modelo de desenvolvimento é o proposto pelo novo plano diretor de Curitiba.

A cidade contemporânea — a megalópole — surge de um processo emergente (*bottom-up*) a partir de uma lógica estruturante própria — a (mega)quadra como organização da forma urbana. Ao ignorar esta lógica — ao se projetar as *formas* dos edifícios — temos como resultado o *junkspace* residual. Continuamos a projetar conceitualmente a partir da lógica da forma, quando na realidade, a produção urbana é guiada pela lógica do espaço.

Propomos compreender Curitiba não como uma metrópole, mas a partir do conceito de **megalópole**. Assim, devemos projetar para a *Arquitetura Megalopolitana*: híbridos compostos da relação entre forma e espaço. Projetar a partir da pergunta: Como a forma (arquitetônica, secundária) pode gerar o espaço (urbano, primário)? Como os desdobramentos da forma urbana em questões como densidade, programa, tipologia (etc.) podem influenciar o espaço urbano?

Através da criação de um **catálogo de estratégias urbanas**, a partir da análise de estratégias aplicadas a outros contextos, iremos propor novas tipologias híbridas que gerem o espaço urbano — de maneira coletiva e pública — e não só a forma do edifício. Uma atitude *both/and*, inclusiva, ao invés da visão redutiva *either/or*. Este espaço é definido tanto pela história, política, economia como pela arquitetura — fatores que tanto geram a forma quanto são gerados por ela, e compõem o catálogo de possíveis estratégias a serem aplicadas nas intervenções.

Como objeto de teste desta hipótese, iremos projetar intervenções críticas com a aplicação destas estratégias em edifícios tidos como públicos, mas que desperdiçam o potencial da sua coletividade ao se tornarem edifícios fechados em si. Estas formas interiores são arbitrárias, isoladas, enquanto o espaço exterior se torna alienante e não apropriado e, desde o início, qualquer diálogo entre os dois torna-se impossível.

Propomos, em edifícios “públicos” como as ruas da cidadania, postos de saúde, escolas municipais, etc — realizar intervenções a partir do catálogo de estratégias urbanas, que os tornem verdadeiramente centralidades públicas, coletivas e abertas à construção da cidade.